



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

3ª ATA DE REALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2020 SMS

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2020, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se, sob a coordenação da Pregoeira FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS estando presentes os membros: Thatia Corrêa Schmildt, Jorel Félix da Silva, Luciana dos Santos Silva Duarte, Natalí Rita Quintanilha de, Marcos Assumpção Andrade e Lucas Rosa Sisinno, para proceder a continuação da sessão do Pregão Presencial n.º 07/2020 - SMS, autorizado no presente processo, pela Oliveira Douglass, Juliana Lopes da Silva Carvalho, Verônica Pinheiro da Silva Borges, Alessandra da Silva Vargas lavra do Ordenador de Despesa, conforme folhas _____. Antes de iniciarmos a sessão, registra-se a alteração do endereço da sessão do presente certame, devido a pandemia do COVID-19. Contudo não houve óbice aos participantes uma vez que todos foram devidamente informados e conduzidos à quadra esportiva Centro Educacional Joana Benedicta Rangel situado na Av. Nossa Senhora do Amparo nº 240, Centro- Maricá, R.J. Compareceram ao certame as empresas **M. V DA C. BARROSO PROMOÇÕES – ME** representada pelo Srº marcos Vinicius da Costa Barroso, **DGL SERVIÇOS E NEGÓCIOS COMERCIAIS EIRELI** representada pelo Srº representada pelo Srº Tiago Araujo da Silva, **DUCS EDITORA E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI ME** representada pelo Srº Bruno Gomes dos Santos, **MARC PRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME** representada pelo Srº Marco Antônio Porto do Espírito Santo, **DIGRAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEL E GRÁFICA LTDA-EPP** representada pelo Srº Helder Marinho Moreira, **BELLA'S GRÁFICA EIRELI-ME** representada pelo Srº Diego Oliveira de Carvalho e **EDITORA E PAPEIS NOVA ALIANÇA** todas devidamente credenciadas conforme documentos apensados aos autos, **exceto a empresa EDITORA E PAPEIS NOVA ALIANÇA** conforme já registrado na primeira Ata de realização. Em continuidade a sessão, foi informado aos presentes **que o não cumprimento** dos requisitos de habilitação, firmado pelas empresas através da declaração entregue no ato do credenciamento, ensejará em punição conforme preconiza o Art. 7º da Lei 10.520/2002 - Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou **apresentar documentação falsa** exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, **comportar-se de modo inidôneo** ou cometer fraude fiscal, **ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º desta Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos**, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. Em prosseguimento foi informado aos licitantes, conforme já comunicado via e-mail, a constatação de valores muito abaixo do estimado. Embora na Lei de Licitações, em seu art. 48, inciso II, preveja a desclassificação de propostas contendo preços inexequíveis, visando

minimizar riscos de uma futura inexecução contratual já que o particular, ao apresentar proposta com preços muito baixos, pode estar assumindo obrigação que não poderá cumprir; **o legislador previu a possibilidade de que o licitante, previamente a eventual desclassificação em razão de aparente preço inexequível, possa demonstrar a exequibilidade de sua proposta.** Tal possibilidade encontra-se prevista conforme entendimento já consolidado na Súmula de nº 262 de seguinte teor: “*O critério definido no art. 48, inciso II, § 1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 conduz a uma presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.*”. Diante do exposto, assim como de acordo com o item 19.8 do Edital: “*É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública*”, foi solicitado posicionamento das empresas que ofertaram os menores valores, para que se manifestem quanto a capacidade de cumprir, executar e entregar os serviços previstos no Pregão 07/2020 SMS. Antes da manifestação das empresas, cabe registrar que foi verificado erro na planilha do ranking provisório encaminhado via e-mail, uma vez que alguns arquivos digitais, que foram copiados para a planilha de Excel, encontravam-se incompletos e divergentes dos valores das propostas impressas, prevalecendo os valores ofertados nas propostas impressas. Desta forma, o ranking será corrigido, confirmado com os representantes e somente será definitivo após a comprovação das exequibilidades das propostas. As empresas **EDITORA E PAPEIS NOVA ALIANÇA, TYPVS GRAFICA E EDITOR.A LTDA – ME, INDÚSTRIA GRÁFICA BRASILEIRA** participarão da disputa apenas para os itens 18.2, 75.2, 81.2 e 99.2 uma vez que não apresentaram no credenciamento a comprovação de enquadramento como beneficiárias do direito de preferência, conforme item 06.1.3 do Edital: “*Os beneficiários de preferência deverão apresentar no momento do Credenciamento, separadamente dos Envelopes de Proposta e Habilitação, o original ou cópia autenticada da Certidão Específica do Enquadramento ou documento equivalente emitidos nos termos da Legislação*”. Caso não haja comprovação de exequibilidade, as propostas serão desclassificadas. Cabe registrar que foi solicitado, na 1ª sessão, à todas as empresas que informassem e-mails e telefones para contato, entretanto a empresa **EBENEZER SOLUÇÕES EMPRESARIAIS EIRELI ME** não forneceu a informação, assim como os documentos entregues apresentam apenas número de contato telefônico que não atende. Os representantes das empresas **DGL SERVIÇOS E NEGÓCIOS COMERCIAIS EIRELI** e **MARC PRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME** questionaram sobre a aceitabilidade das propostas que não atenderam ao disposto no item 08 do Edital e subitens. Desta forma foi esclarecido aos mesmos que, visando o interesse público, economicidade, bem como, uma ampla, competitividade, as propostas não serão desclassificadas por meras formalidades, visto que em consonância com o parecer exarado na Tomada de Contas nº 010.594/2012-4, de competência do Tribunal de Contas da União, in verbis:

“É certo que se o edital de uma licitação fixa determinado requisito, deve-se considerar importante tal exigência. Esse rigor, contudo, não pode ser aplicado de forma a prejudicar a própria Administração ou as finalidades buscadas pela licitação. A licitação possui como objetivos primordiais: assegurar a igualdade de

oportunidades entre os interessados e proporcionar a escolha da proposta mais vantajosa para o Poder Público. E, para tanto, rege-se por diversos princípios, entre eles o do procedimento formal, insculpido no artigo 4º, parágrafo único, da Lei 8.666/1993. Entende-se por procedimento formal a vinculação do certame licitatório principalmente às leis e aos editais que disciplinam todos suas fases e atos, criando para os participantes e para a Administração a obrigatoriedade de observá-los. O rigor formal, todavia, não pode ser exagerado ou absoluto. O princípio do procedimento formal não quer dizer que se deva anular o procedimento ou julgamento, ou inabilitar licitantes, ou desclassificar propostas diante de simples omissões ou irregularidades na documentação ou na proposta, desde que tais omissões ou irregularidades sejam irrelevantes e não causem prejuízos à Administração ou aos concorrentes. Esta necessidade de atenuar o excessivo formalismo encontra expressa previsão legal no § 3º do artigo 43 da Lei 8.666/1993, que faculta à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da concorrência, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo'. Adotando-se essa medida, evita-se a inabilitação de licitantes ou a desclassificação de propostas em virtude de pequenas falhas, sem reflexos importantes, e preserva-se o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa.(...)” (Tomada de Contas nº 010.594/2012-4 – Relator: Raimundo Carreiro).

Em ato contínuo foi perguntado aos representantes presentes se os mesmos confirmavam os valores ofertados em suas propostas, os mesmos responderam positivamente. Sendo assim, foi impresso o ranking e entregue aos participantes. Após, constatou-se ainda haver erro no ranking entregue. Desta forma, a Pregoeira se desculpou com os representantes, justificando a redução da equipe devido as medidas de precaução ao COVID-19 assim com os demais transtornos de logística ocasionados. Diante do exposto, a sessão será suspensa para conferência da planilha, ficando, desde já marcada a continuação para o dia 27/03/2020 às 10h. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Pregoeira, Equipe de apoio e Licitantes presente.

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS

Pregoeira

Maricá, 24 de março de 2020.

MEMBROS DA EQUIPE DE APIO	
JOREL FELIX DA SILVA	VERÔNICA PINHEIRO DA SILVA BORGES
LUCIANA DOS SANTOS SILVA DUARTE	NATALÍ RITA QUINTANILHA DE OLIVEIRA DOUGLASS

THATIA CORRÊA SCHMILDT	LUCAS ROSA SISINNO
MARCOS ASSUMPÇÃO ANDRADE	JULIANA LOPES DA SILVA CARVALHO
ALESSANDRA DA SILVA VARGAS	

M. V DA C. BARROSO PROMOÇÕES – ME representada pelo Srº marcos Vinicius da Costa Barroso,

DGL SERVIÇOS E NEGÓCIOS COMERCIAIS EIRELI representada pelo Srº representada pelo Srº Tiago
Araujo da Silva

DUCS EDITORA E SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI ME representada pelo Srº Bruno
Gomes dos Santos

MARC PRINT GRÁFICA E EDITORA LTDA-ME representada pelo Srº Marco Antônio Porto do Espírito
Santo

DIGRAPEL DISTRIBUIDORA DE PAPEL E GRÁFICA LTDA-EPP representada pelo Srº Helder Marinho
Moreira

BELLA'S GRÁFICA EIRELI-ME representada pelo Srº Diego Oliveira de Carvalho